

ARISTÓTELES, O PROBLEMA DO MAL E A FELICIDADE

DIANA COSTA DE CASTRO¹;
JOÃO HOBUSS²; MANOEL VASCONCELLOS³

¹Universidade Federal de Pelotas – diana.costa.de.castro@gmail.com

² Universidade Federal de Pelotas – joao.hobuss@gmail.com

³Universidade Federal de Pelotas – manoel.vasconcellos@ufpel.edu.br

1. INTRODUÇÃO

O interesse pelo mal como problema filosófico se intensificou após 2001, possivelmente como resposta às grandes guerras (ANGIER, 2019) e perdura num contexto de crescente polarização política e tensão econômica. Tal cenário suscita a questão da nossa ingerência sobre nossa felicidade ou males. Desde 400 d.C. explicações sobre o mal, como as de Santo Agostinho, remetem ao mito da criação e à ideia de um pecado original. Esse pecado, que não foi diretamente cometido por nós e foi involuntário, nos atingiria em forma de culpa e castigo (MINOIS, 2021).

Diferentemente, Aristóteles propõe uma abordagem mais otimista (ANGIER, 2019). Na obra aristotélica, a eudaimonia (ευδαιμονία), ou “a felicidade é a meta” (EN, 2024, 1101a16). Ela advém da contemplação e do cultivo das virtudes, enquanto as falhas morais podem ser consideradas males. É “feliz quem age bem” (ZINGANO, 2008, p. 21) pressupõe a ação voluntária. Assim, a formação ética e do caráter virtuoso são essenciais para evitar o mal (VERBEKE, 1990).

Embora a virtude seja central, Aristóteles reconhece que fatores externos influenciam a felicidade (HOBUSS, 2002). Infortúnios e a ausência demasiada de bens materiais constituem obstáculos à felicidade (EN 1100b25-33) e podem ser vistos como males. Estudar o mal e a felicidade em Aristóteles amplia a compreensão teórica do tema. Além disso, propõe caminhos práticos para viver de modo ético e virtuoso (VERBEKE, 1990), promovendo tanto a felicidade individual quanto coletiva.

2. METODOLOGIA

O objetivo geral dos autores com este ensaio é **analisar de que forma o mal e a felicidade se relacionam (e se excluem) na obra de Aristóteles no tocante à agência humana**.

Para isso, usamos a metodologia interpretativista, analisando principalmente o manuscrito *Ética a Nicômaco*, bem como comentadores da obra. Primeiro, elaboramos um apanhado teórico sobre o mal. Em seguida, fazemos uma busca sobre o que é a felicidade para Aristóteles e como conquistá-la. Buscamos identificar quais são os agentes morais responsáveis pelas causas do mal e da felicidade. Por fim, concluímos sobre quais tipos de bens temos ingerência para promover a nossa felicidade, e evitar os males.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para Aristóteles, o mal não possui essência ou existência própria, pois tudo tende ao bem (MET 1.3, 1 e EN 1094a1-2). O mal manifesta-se principalmente pela má agência humana, resultante da ignorância ou da acrasia (ANGIER, 2019). Termos como *phaulos* (pessoa ruim), *mochthéria* (maldade) e *kakia* (vício) são

usados por Aristóteles para descrever o mal nas ações humanas (ANGIER, 2019), assim como *akolasia* (intemperança), que é a principal manifestação do vício.

O primeiro tipo de mal encontrado na obra aristotélica diz respeito à moralidade. O mal moral acontece pela ação viciosa, acrática ou intemperante do homem e, portanto, é voluntário. O segundo tipo de mal diz respeito as coisas que acontecem ao homem, pelo acaso ou por natureza (EN 1100b22) e é involuntário.

O homem pode causar o mal voluntariamente por estado de ignorância ou por acrasia. Por estado de ignorância, na situação em que seria possível saber, mas o agente pretere a verdade, tornando-se culpado (EN 1110b20-1111a1). A acrasia acontece quando há dissonância entre o que o agente sabe que deveria fazer e o que ele faz (EN 1102b14-15). Então, “voluntário parece ser aquilo cujo princípio reside no agente” (EN, 2024, 1110a20-24).

Alternativamente, o agente pode provocar o mal involuntariamente quando forçado ou quando não for possível saber o importante para discernir corretamente. “Parecem ser involuntárias as ações praticadas por força ou por ignorância. É forçado o ato cujo princípio é exterior ao agente” (EN, 2024, 1109b35-1110a1).

Há males que não derivam da ação voluntária, como doenças ou pobreza “uma vez que muitas coisas acontecem ao acaso” (EN, 2024, 1100b22). Esses são obstáculos à virtude. Ainda assim, o virtuoso é capaz de suportar com dignidade as adversidades que “infligem sofrimentos e se colocam como obstáculos (...) por ser alguém de estirpe e grande de alma” (EN, 2024, 1100b25-33).

A ação moral em Aristóteles tem por premissa ser voluntária (ANGEL, 2019). Para Zingano (2008, p. 25), a “virtude moral é uma disposição de escolher por deliberação”. Para Aristóteles, somos responsáveis pelos nossos atos, bons e maus, então, nossas ações causam a nossa felicidade e os nossos males.

A felicidade é a meta mais perfeita e completa da vida, “escolhida sempre por si mesma” (EN, 2024, 1097a 31-35). No entanto, a definição de felicidade é um “dos maiores pontos de divergência entre os comentadores da ética de Aristóteles” (HOBUSS, 2002, p.15). Isso porque em EN Aristóteles elenca uma série de bens necessários à felicidade entre os livros I-IX, e, no livro X, identifica-a com a contemplação. Entre os comentadores, há os que consideram a felicidade como um bem inclusivo e os que a consideram um bem dominante. Sob a interpretação inclusiva, ela é definida como um fim constituído de outros bens, onde o agente buscaria cada um e os ordenaria harmoniosamente. Sob a interpretação dominante, ela é um bem que exclui os outros e se define pela vida contemplativa.

Hobuss (2002) resolve esse impasse articulando as duas interpretações com o critério da autossuficiência. Aproximando-se da tese inclusiva, mas definindo uma estrutura hierarquizada que comprehende dois graus de perfeição que atendem ao critério de autossuficiência e por isso “ambos determinam uma vida feliz” (HOBUSS, 2002, p. 141). Nesse sentido, felicidade (em um grau mais alto) é o conjunto da sabedoria teórica mais virtude própria (virtudes morais mais prudência), mais bens exteriores, mais bens do corpo. Felicidade também é o (sub)conjunto compreendido por virtude própria, mais bens exteriores, mais bens do corpo (HOBUSS, 2002).

As virtudes não pressupõem uma predisposição de caráter. Para Aristóteles “nenhuma virtude moral se engendra em nós por natureza” (EN, 2008, 1103a17). Mais adiante reforça a necessidade da educação moral: se “não fosse assim, ninguém precisaria do mestre, mas todos nasceriam bons ou maus” (EN, 2008, 1103b10). Há causas voluntárias e involuntárias para os males, da mesma forma que para a felicidade. A partir da visão de felicidade como estrutura hierarquizada (HOBUSS, 2002) e das causas dos males, desenhamos um quadro (1):

Quadro 1: o mal, a felicidade e a ingerência humana

Causas da felicidade	Felicidade mais perfeita	Felicidade perfeita	Causas do mal
Caráter voluntário da felicidade	Bens determinantes. Agente moral	Bens determinantes. Agente moral.	Caráter voluntário do mal. Agente moral.
Causas próprias da felicidade. Bens da alma. Classe mais elevada de bens.	Virtudes teóricas (sabedoria teórica)	-	Causa: o agente por vício ou acrasia ² .
Voluntário ¹ .	Virtude própria (virtudes morais + prudência ⁴)	Virtude própria (virtudes morais + prudência)	Voluntário ³ . Agentes: incontinente ou acrático + autoindulgente ou intemperante (akolastos)
Causas coadjuvantes da felicidade. Bens instrumentais. Classe mais baixa de bens. Voluntário ou involuntário.	Bens exteriores Bens do corpo	Bens exteriores Bens do corpo	Causas: o agente por vício ou acrasia. O acaso ou a natureza. Voluntário ou involuntário. Agentes voluntários: acrático e intemperante.

Fonte: elaboração própria com base na definição de felicidade como estrutura hierarquizada com dois graus de perfeição que atendem ao critério de autossuficiência de Hobuss, 2002.

As causas próprias da felicidade (e dos males) são todas voluntárias porque são frutos da virtude “entendendo-se por prática uma ação voluntária de acordo com a virtude” (SILVEIRA, 2011, p. 226). Nelas, o princípio do agir está no agente. A “*aretê* (virtude) é entendida como uma *mesotês* (mediania) e como uma *hexis* (disposição) oportunizada pela *orthos logos* (reta razão), dependem da decisão particular do indivíduo (*eph'hēmin*) e são ações voluntárias (*hekousion*)” (SILVEIRA, 2011, p. 226). Então, a virtude, para Aristóteles é “uma disposição de escolher por deliberação (...) e nessa medida ele tem sucesso (sendo virtuoso) ou não (sendo vicioso)” (Zingano, 2011, p. 101).

As causas coadjuvantes da felicidade (ou do mal), podem ser voluntárias ou involuntárias. Bens exteriores correspondem àqueles como poder e riqueza, e para eles, tanto o agente pode colaborar quanto o acaso, já que alguém pode obter eles por nascimento ou alguma outra circunstância, bem como malbaratá-los. Os bens do corpo correspondem àqueles como beleza e saúde, e podem ser dados por natureza ou acaso, mas o agente pode contribuir. Apesar dessas causas serem de

¹ “Sendo então a meta final objeto do querer, e o que conduz à meta final, objeto de deliberação e de escolha, as ações que têm relação com isso só podem ser por escolha e voluntárias” (EN, 2024, 1113b4-6).

² “ocorre com a alma: os ímpetos dos acráticos vão em direções contrárias” (EN, 2008, 1102b21). “O acrático age por apetite, não escolhendo deliberadamente; o homem continente, ao contrário, age escolhendo deliberadamente, não por apetite” (EN, 2008, 1111b14-16). O “vício está de acordo com a escolha” (EN, 2024, 1151a7).

³ “era possível ao injusto e ao intemperante não se tornarem tais no início e por isso o são voluntariamente” (EN, 2008, 1114a20).

⁴ A prudência é a sabedoria prática. “a boa deliberação, que justamente caracteriza a prudência [...] melhor ato para o homem com base em um cálculo” (EN, 1141b13-14).

⁵ “Com efeito, elogiamos, no homem que se controla e no acrático, a razão e a parte racional da alma, pois ela exorta corretamente às melhores ações” (EN, 2008, 1102b14-16) e “pelo menos, a [alma] do homem que se controla obedece à razão” (EN, 2008, 1102b26).

classe mais baixa de bens, quando elas acontecem em demasia colaboram tanto para o bem quanto para o mal. Aristóteles ressalva, no entanto, que o virtuoso mantém sua virtude mesmo nos infortúnios por grandeza de alma. “Depende então também de nós a virtude, e igualmente o vício” (EN, 2024, 1113b8).

4. CONCLUSÕES

Especulamos que Aristóteles poderia nos oferecer um caminho mais alvissareiro a respeito do problema do mal e da felicidade, e acreditamos termos demonstrado isso. Enquanto popularmente se atribui a felicidade à sorte, ao destino ou à vontade dos deuses, Aristóteles põe em nós grande responsabilidade por nossa felicidade (VERBEKE, 1990). Isso nos dá poder de agência, mesmo sobre infortúnios, e aponta para a possibilidade de um final feliz.

Vimos que há duas causas para a felicidade, as próprias e as coadjuvantes, e, analogamente, para o mal. Das causas próprias, todas correspondem à bens da alma e são inteiramente voluntárias, ou seja, o agente tem ingerência sobre as causas próprias de sua felicidade ou seus males. Os agentes morais que mais concorrem para a felicidade produzindo bens da alma com ações e reflexões são o prudente e o continente. Já o acrático e o intemperante colaboram para o mal com ações que se afastam da virtude e da mediedade.

Das causas coadjuvantes da felicidade, destacamos os bens exteriores e os bens do corpo. Ambas são geradas pelo acaso (ou a natureza), mas há casos em que o agente pode voluntariamente colaborar, como por exemplo, seguindo uma boa dieta para manter ou melhorar sua saúde. Todos os agentes morais sofrem consequências das circunstâncias e da natureza.

A felicidade é possível ao ser humano, e Aristóteles coloca na capacidade de livre-escolha, agência, raciocínio e boa habituação das vontades de cada um os meios para atingir a felicidade e evitar o mal. Além disso, quanto mais ações boas ou nobres são feitas pelo indivíduo, melhor também se torna a sociedade.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANGIER, T. P. S. Aristotle. In: **The History of Evil in Antiquity 2000 bce–450 ce**. Volume I. NY: Routledge, 2019. Pp. 145-162.
- ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. Trad. André Malta. São Paulo: Editora 34. 2024.
- HOBUSS, João. **Eudaimonia e auto-suficiência em Aristóteles**. Pelotas: EGUFPEl, 2002.
- HOBUSS, João. O intemperante é incurável? Aristóteles diante da [im]possibilidade da reforma moral. In: BARBOSA, Evandro e HOBUSS, João (orgs.). **Agência, deliberação e motivação**. Pelotas: NEPFIL Online, 2018. Pp. 142-159.
- MINOIS, Georges. **As origens do mal**: uma história do pecado original. Trad. Nícia Adan Bonatti. São Paulo: Editora Unesp. 2021.
- SILVEIRA, Denis Coitinho. A reinterpretação contemporânea da ética das virtudes. In: HOBUSS, João (org.). **Ética das Virtudes**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2011. Pp. 215-238.
- VERBEKE, Gerard. **Moral education in Aristotle**. Washington, DC: The Catholic University of America Press. 1990.
- ZINGANO, M. Aristóteles. **Ethica Nicomachea I 13 – III 8**. Tratado de Filosofia Moral. São Paulo: Odysseus, 2008.
- ZINGANO, Marco. Aristóteles, Alexandre e o que está em nosso poder: libertarianismo e responsabilidade moral. In: HOBUSS, João (org.). **Ética das Virtudes**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2011. Pp. 85-108.